

## As interações entre o movimento feminista e o Estado: uma proposta de análise

Daniela Rosa de Oliveira<sup>1</sup>

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

### Resumo:

Este artigo é fruto das primeiras reflexões de pesquisa em andamento no mestrado de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, cujo objetivo é compreender como ocorre o processo de interação entre o movimento feminista e o poder executivo no Espírito Santo avançando na caracterização dessas relações, suas dinâmicas e efeitos, e como se deu nos últimos anos os esforços do movimento feminista para influenciar políticas públicas. Com este foco iniciei minha aproximação com o tema de pesquisa empreendendo uma revisão bibliográfica sobre as recentes discussões da literatura de movimentos sociais e interação socioestatal. Nesta esteira, consta deste trabalho um breve relato sobre os estudos que têm se debruçado a entender a relação entre movimentos sociais e o Estado, com base principalmente no caso brasileiro. Em seguida, algumas análises sobre o movimento feminista e as categorias que estão sendo mobilizadas pela literatura sobre os movimentos sociais e feminismo estatal.

**Palavras chaves:** Movimento feminista; interações socioestatal; repertórios de interação.

### Abstract:

This article is the result of the first research reflections in progress in the Masters of Social Sciences of the Federal University of Espírito Santo, whose objective is to understand how the process of interaction between the feminist movement and the executive power in Espírito Santo advances in the characterization of these relations, its dynamics and effects, and how in recent years the efforts of the feminist movement to influence public policies. With this focus I started my approach to the research theme by undertaking a bibliographical review of the recent literature discussions of social movements and socio-state interaction. On this treadmill, this paper briefly describes the recent studies that have tried to understand the relationship between social movements and the State, based mainly on Brazilian's case. Next, it is shown some analyzes on the feminist movement and the categories that are being mobilized by the literature on social movements and state feminism that make it possible to look at this object.

**Keywords:** Feminist movement; social-state interactions; interaction repertoires.

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da UFES. E-mail: danielartrazzi@hotmail.com

## Introdução

Este artigo<sup>2</sup> é fruto das primeiras reflexões de pesquisa em andamento no mestrado de Ciências Sociais na Universidade Federal do Espírito Santo, cujo objetivo é compreender como ocorre o processo de interação entre o movimento feminista e o poder executivo no Espírito Santo avançando na caracterização dessas relações, suas dinâmicas e efeitos, e como se deu nos últimos anos os esforços do movimento feminista para influenciar políticas públicas.

Com este foco iniciei minha aproximação com o tema de pesquisa empreendendo uma revisão bibliográfica sobre as recentes discussões da literatura de movimentos sociais e interação socioestatal e os estudos que têm se debruçado a entender o processo de interação entre movimentos sociais e o Estado, com base principalmente no caso Brasileiro.

Nesta esteira apresentarei a seguir um breve relato destas pesquisas e algumas análises sobre o movimento feminista e as categorias que estão sendo mobilizadas pelos pesquisadores sobre os movimentos sociais que possibilitarão olhar para meu objeto de pesquisa.

Ao longo da história, o movimento feminista foi pautado pela construção de uma crítica que vincula a submissão da mulher na esfera doméstica à sua exclusão da esfera pública. No Brasil, o movimento feminista ganha densidade em finais da década de 1970, durante a transição e abertura da ditadura militar para um regime democrático, na confluência do ciclo de mobilizações e protestos daquele período<sup>3</sup>.

A partir dos anos de 1990, segundo Maciel (2011) inicia-se um processo de maior abertura dos canais institucionais e das estruturas de oportunidades políticas, possibilitando a ocorrência de alianças inéditas entre o Estado e o movimento feminista brasileiro. Este período é marcado pelo surgimento de diversas organizações feministas que se mobilizaram

---

<sup>2</sup> Este artigo é parte dos levantamentos bibliográficos para o trabalho de dissertação da autora, sob orientação da Profª Drª. Euzeneia Carlos. A pesquisa é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES).

<sup>3</sup> Sob impacto desses movimentos, na década de 1980 foram implantadas as primeiras políticas públicas para as mulheres. “A primeira experiência de institucionalização das reivindicações dos movimentos feministas no Brasil, em nível federal deu-se, inicialmente, com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM em 1985, órgão do Ministério da Justiça”. (MIRANDA, 2012, p.10).

com vistas ao processo de lobby e advocacy, como a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), muitas receberam o estímulo de agências internacionais, como a UNIFEM (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a mulher).

No ano de 2003 foi criado pelo governo federal o primeiro organismo gestor<sup>4</sup> de políticas para as mulheres, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR). Em 2004 inicia-se o processo de realização e fomento das conferências (no nível federal, estadual e municipal) convocadas conjuntamente pelo estado e movimentos sociais, as conferências se constituíram em instrumentos de estratégia política estabelecidos no Brasil para a construção de políticas públicas por meio do diálogo e negociação entre estado e movimentos sociais. No ano de 2016, acontece a 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, com participação de cerca de três mil mulheres, e neste mesmo ano, ocorre a extinção da SPM/PR.

No Espírito Santo, a primeira organização feminista foi criada em 1984, o Centro Integrado da Mulher (CIM), com o objetivo de atender as demandas jurídicas das mulheres, nesta década também foram fundadas outras associações de mulheres como a Associação de Mulheres Unidas da Serra (AMUS). Em 1992, foi criado o Fórum de Mulheres do ES, entidade de luta feminista e que tinha como uma de suas bandeiras a reestruturação do Conselho Estadual da Mulher e a implantação de políticas públicas para as mulheres (MACEDO; SOUZA E COSTA, 2014, p.76).

No Estado também ocorreram as conferências de políticas para as mulheres em 2004, 2007, 2011 e 2015 realizadas conjuntamente pelo governo estadual e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher do ES (CEDIMES). Outro momento relevante foi o processo de elaboração do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, documento entregue ao

---

<sup>4</sup> Independente do sucesso na inclusão de demandas do movimento de mulheres, Jovenduski (2005 apud NOGUEIRA, 2013) destaca que a implantação dos organismos de políticas para as mulheres (OPMs) altera a forma de atuação do movimento de mulheres e feministas. McBride e Mazur (2010 apud NOGUEIRA, 2013) indicam que, ao haver responsividade dos OPMs às demandas do movimento, há a possibilidade de dois tipos de manifestação: pode o estado responder aos movimentos promovendo ideias, atores e demandas baseadas na consciência de gênero e causas relativas aos direitos das mulheres, como também atuar reconhecendo o patriarcado e as hierarquias baseadas nas desigualdades de gênero, buscando reverter esse quadro de forma mais contundente.

Governado do estado pelo movimento de mulheres em dezembro de 2014<sup>5</sup>. Quanto a criação de organismo gestor, em 2012 foi criado a Gerência de Políticas para as Mulheres (primeiro a nível estadual, a época ligada a Subsecretaria de Movimentos Sociais) e em 2016 a Subsecretaria Estadual de Políticas para a Mulher ligada à estrutura administrativa da Secretaria Estadual de Direitos Humanos (SEDH).

Para Bezerra (2014), é possível observar o desenvolvimento e as mudanças no repertório e na estratégia de ação do movimento feminista brasileiro, entre a reabertura democrática na década de 1980 e a primeira década do século XXI, incluindo seu posicionamento frente ao estado, que variou de uma situação de oposição, ou mesmo de indiferença, até a busca direta pela incidência sobre políticas públicas e atuação nos espaços do próprio estado seja pela via partidária, seja via instituições participativas.

Feito esta pequena introdução sobre o meu tema de pesquisa passaremos as abordagens que os teóricos dos movimentos sociais têm visto deste processo de interação entre movimentos sociais e o Estado e as categorias mobilizadas.

### **A relação entre movimentos sociais e Estado**

Os estudos referentes aos movimentos sociais<sup>6</sup> e sua atuação estão em constante transformação e reinterpretação. A abordagem da Teoria do Processo Político ou da Política do Confronto (*Contentious Politics*) da qual constituem nomes de referência Doug McAdam, Sidney Tarrow e Charles Tilly propõem no seu programa de pesquisa sobre (*Dynamics of contention*) uma reorientação da agenda de estudos sobre o movimento social no sentido da

---

<sup>5</sup> Segundo Edna Martins, militante feminista, presidente do Cedimes e membro do Fórum de Mulheres, a elaboração do plano contou com a participação de mais de quatro mil mulheres capixabas, que participaram da 3º Conferência de Políticas Públicas para as Mulheres, em 2011, onde o plano começou a ser debatido. (<http://seculodiario.com.br/20317/12/estado-lanca-plano-estadual-de-politicas-para-as-ulheres-1>).

<sup>6</sup> Trabalhamos com o entendimento que movimentos sociais são “redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações engajados em um conflito político ou cultural, com base em uma identidade coletiva compartilhada” (Diani, 1992, p. 13). Diani e Bison defendem ser possível referir-se a movimentos sociais “como processos sociais distintos em si mesmos”, mais propriamente do que como “fenômenos” ou mesmo “episódios, devemos olhar os processos de movimento social como exemplos de ação coletiva com clara orientação para o conflito com relação a oponentes sociais e políticos específicos (Diani e Bison 2010, p.220).

identificação de mecanismos que podem ser encontrados em operação em episódios e formas altamente diferenciadas de política contenciosa.

“By contentious politics we mean: episodic, public, collective interaction among makers of claims and their objects when (a) at least one government is a claimant, an object of claims, or a party to the claims and (b) the claims would, if realized, affect the interests of at least one of the claimants.”(McADAM, TARROW e TILLY, 2001, p.05)

Os autores criticaram o olhar empírico limitado dos estudos sobre movimentos sociais das décadas anteriores. Em especial, se declararam insatisfeitos com a compartimentalização dos estudos sobre greves, guerras, revoluções e movimentos sociais, e argumentaram que poderíamos aprender mais sobre esses fenômenos ao estudá-los em conjunto, em vez de separadamente e que estado e sociedade civil são mutuamente constitutivos e estão inseridos em processos sociais, históricos e políticos que, ao longo do tempo, vão moldando um ao outro (McADAM; TARROW e TILLY, 2001, p. 4).

Os autores analisam os movimentos sociais<sup>7</sup> como uma forma específica de política contenciosa – contenciosa, no sentido de que os movimentos sociais envolvem a elaboração coletiva de reivindicações que, alcançando sucesso, conflitariam com os interesses de outrem; política, no sentido de que governos, de um ou outro tipo, figuram de alguma forma nesse processo, seja como demandantes, alvos das reivindicações, aliados desses alvos, ou monitores da contenda (McADAM; TARROW e TILLY, 2001).

Esta escola apresentou um arcabouço conceitual que permite compreender como ocorrem mudanças nos repertórios de ação política dos atores em face das mudanças na estrutura de oportunidades políticas<sup>8</sup>. Isto é, como tipos de regimes políticos (democracias,

---

<sup>7</sup> De acordo com Tilly (2010) o movimento social surgiu como uma influente e inovadora síntese de três elementos: Um esforço público sustentado de elaboração de reivindicações coletivas direcionadas a determinadas autoridades (esforço que pode ser chamado de *campanha*); O emprego de combinações dentre as seguintes formas de ação política: criação de associações e coalizões para finalidades específicas, reuniões públicas, desfiles solenes, vigílias, comícios, demonstrações, iniciativas reivindicatórias, declarações para e nos meios de comunicação de massa, e panfletagem (esse conjunto variável de atividades pode ser chamado de *repertório dos movimentos sociais*); e Representações públicas concertadas de VUNC (valor, unidade, números e comprometimento) por parte dos participantes: demonstrações de valor [*worthiness*], de unidade, de números e de comprometimento por parte dos participantes e/ou de seus partidários (*demonstrações de VUNC*).

<sup>8</sup> Para a TPP a estrutura de oportunidades políticas, como ambiente externo favorável, oferece as condições para o surgimento do movimento social (CARLOS, 2015, p. 39).

autoritarismos) afetam os repertórios dos movimentos sociais e vice-versa (BEZERRA, 2014).

Contudo, a partir destes estudos muitos autores brasileiros iniciaram um diálogo com esta literatura e apontaram alguns limites para a análise dos movimentos sociais que precisam ser considerados, pois embora permita uma visão da relação entre sociedade e estado, não se mostra suficientemente adequado para compreender as relações de caráter mais amistosa e colaborativo que pareceriam informar as conexões entre estado e movimentos sociais no país (CAYRES, 2016, p.81).

Segundo Abers e Bulow (2011), em seu estudo sobre os movimentos sociais, no modelo proposto por McAdam, Tarrow e Tilly o estado tem um papel central, mas a localização teórica dos atores na intersecção entre política e conflito reduziu o alcance da análise que poderíamos fazer sobre o papel do estado. Este pressuposto que os ativistas interagem com o estado, mas não participam diretamente da gestão estatal impede que se capturem algumas das relações complexas que existem entre pessoas no aparato estatal e aquelas que agem a partir de organizações de movimentos sociais. Se pensarmos o estado como um bloco homogêneo que opera em um espaço organizativo distinto, dificilmente conseguiremos reconhecer redes que cruzam as fronteiras entre estado e sociedade civil como parte importante dos movimentos sociais. Porém, como sugerem as autoras, na América Latina – e, em particular, no Brasil – as redes de movimentos sociais muitas vezes cruzam essas fronteiras (ABERS; BULOW, 2011, p. 64).

No estudo apresentado por Carlos (2015) a autora afirma que tanto a Teoria do Processo Político, ao enfatizar a ação coletiva como conflito político com os “detentores de poder” quanto a Teoria dos Novos Movimentos Sociais<sup>9</sup>, ao ressaltarem a sua descontinuidade com

---

<sup>9</sup> Duas grandes escolas se destacaram nos estudos dos movimentos sociais e da ação coletiva, a escola norte-americana composta pela Teoria de Mobilização de Recursos (TMR) e Teoria do Processo Político (TPP) e a escola europeia denominada Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). “Essas teorias foram as que mais detidamente se debruçaram sobre o estudo dos movimentos sociais considerando-o um campo temático específico das Ciências Sociais. Embora não sejam necessariamente excludentes, cada uma delas desenvolveu uma estrutura de análise própria” (CARLOS, 2009, p.153). A contribuição central do paradigma europeu dos movimentos sociais está na ênfase à dimensão cultural da ação coletiva, ao processo de constituição de novas subjetividades e de novas identidades, bem como no realce da novidade dos movimentos contemporâneos. Por sua vez, a corrente estadunidense avançou na explicação da dinâmica de mobilização do movimento, identificando os recursos, as estratégias, os formatos organizacionais e as oportunidades políticas que condicionam suas ações dirigidas ao sistema político (CARLOS, 2015a, p. 39).

as modalidades tradicionais da política descuidaram das relações constituídas entre a esfera societária e institucional (CARLOS, 2015b, p.16). A autora demonstra que essas teorias abordam a sociedade civil e o estado como esferas rigidamente separadas, estanques, autônomas e dicotômicas, ignorando tais esferas como produto de um processo dinâmico e contingente de mútua constituição. “A compreensão dos movimentos sociais em sua relação com o sistema político, ao contrário, requer uma análise dinâmica que acentue os aspectos de coconstituição entre a sociedade civil e o estado, como domínios de influência mútua e de interpenetração entre movimentos e estado” (CARLOS, 2015b, p.16).

Ao contrário dessa concepção que identifica movimentos sociais como protesto e ação *outsider*, a autora demonstra que estudos recentes acerca da interpenetração entre movimentos e instituições refutam a tese que distingue o movimento como estratégia extrainstitucional, argumentando que muitos movimentos interagem, constituem relações e formam alianças com partidos políticos, igrejas, agências do estado e poder judiciário.

Como destaca Carlos (2015b, p. 22) os movimentos sociais desenvolvem relações complexas e diversificadas com o sistema político e, na relação com o estado, em vez de constituírem modelos puros, coerentes e estáveis, muitos deles combinam dimensões multifacetadas da ação coletiva, efetuando assim múltiplas possibilidades de interação. A seguir apresentaremos alguns trabalhos empíricos que olharam para esta forma de ação política que se configurou no Brasil entre os movimentos sociais e o estado.

### **O que os estudos empíricos sobre movimentos sociais e estado dizem sobre esta interação?**

Como vimos os estudiosos dos Movimentos Sociais já apontam para algumas variáveis que precisam ser consideradas na análise sobre a ação coletiva para além das categorias criadas pela *contentious politics*. Essas teorias têm pouco a dizer sobre a diversidade das interações dos movimentos com governos, agências estatais, partidos políticos ou outros atores políticos-institucionais, assim como da natureza dessas inter-relações e de seus efeitos para os atores societários e institucionais. É um desafio para a teoria dos movimentos sociais desnudar este campo de relações e de implicações mútuas entre sociedade civil e estado,

sobre o engajamento societário nas agências governamentais e a reconfiguração das interações socioestatais, principalmente no contexto brasileiro pós 1990.

Os autores Lavallo e Szwako (2015) lançando mão do diagnóstico realizado por L. Avritzer (2012) sobre as mudanças nas relações entre sociedade civil e estado, desenvolveram alguns apontamentos partindo da tese da mútua determinação entre estado e sociedade civil. Para os autores, os esforços de revisão conceitual a partir de diferentes enfoques e variadas instâncias empíricas – não necessariamente restritos à participação institucionalizada – têm enriquecido o debate e o feito avançar.

Metáforas como “fronteira” e “franja”, termos como “ativismo do estado” ou “mobilização do estado”, ou conceitos como “projeto”, “domínio de agência”, “autoridade prática”, ou outros incorporados à argumentação mais adiante, não deixam dúvida: a entrada do sistema político e as interações entre atores estatais e não estatais têm pesado na renovação das equações analíticas. Atores, interações, instituições e efeitos compõem-se como componentes dessas equações visando a formular diagnósticos capazes de apreender o cenário de pluralização institucional e complexificação da democracia no país (LAVALLE, SZWAKO, 2015, p. 173).

Lavallo e Szwako (2015) mobilizam a categoria de projeto político cunhada na tradição gramsciana por Evelina Dagnino, na qual, permite analisar as interações socioestatais institucionalizadas para apreender as lógicas e dinâmicas operantes entre estado e sociedade civil num cenário, que se multiplicam essas interações. De acordo com os autores esta categoria pressupõe o caráter heterogêneo dos atores civis e estatais, “o uso sistemático e reconstrutivo da categoria projeto político desfaz o artificialismo da oposição entre estado e sociedade civil, dando vez aos modos e fins transversais pelos quais autoridades e atores civis se vinculam estrategicamente” (LAVALLE; SZWAKO, 2015, p.174).

Ainda, apresentam uma categoria analítica intermediária, a de “domínio de agência”, que para eles é possível olhar para a construção política das capacidades de atuação dos atores da sociedade civil mediante dinâmicas de institucionalização que definem domínios de atuação legítimos para determinados conjuntos específicos de organizações civis por meio da cristalização formal de barreiras de entrada, dispositivos de acesso aos recursos estatais e reconhecimento da sua capacidade de representar determinados interesses (LAVALLE, SZWAKO, 2015, p. 174).

Não são poucos os desafios analíticos e também empíricos postos àquelas análises que operam na perspectiva da mútua constituição entre sociedade civil e estado e das interações entre seus respectivos atores. Os avanços recentes da literatura contribuem a elucidar formas, instâncias e níveis de interconexão, condicionantes institucionais que modelam a interação e o alcance político de movimentos sociais e de outros atores da sociedade civil, bem como a construção de parte das capacidades de ação do estado – todas elas questões integrantes de uma ampla agenda interacionista de pesquisa que encontra-se em andamento (LAVALLE; SZWAKO, 2015, p. 174).

Categories como, projeto político e domínio de agência, assim como análises de interfaces socioestatais, suas condições e seus efeitos institucionais, marcam um avanço no debate por abrir caminhos para pesquisar a institucionalização dos atores da sociedade civil, suspendendo a preocupação quanto ao sinal que a ela deve ser atribuído. Em alguns casos, os atores não estatais atuam por dentro do estado e dos partidos, através das instituições participativas ou, mesmo, a despeito delas; já em outros, não tão raros como de praxe se imagina, militantes tornados autoridades ou as próprias autoridades passam a promover uma espécie de ativismo institucional do estado. São, pois, diversas as combinações e rotas de interdependência entre estado e sociedade civil, do mesmo modo que são variadas as categorias analíticas mobilizadas para dar conta do cenário de intensificação e ampliação das trocas socioestatais (LAVALLE; SZWAKO, 2015, p. 174).

Abers e Bulow (2011) argumentam que o desafio metodológico nos estudos de movimentos sociais é mapear e analisar as redes que conectam atores de movimentos sociais com atores estatais, de tal forma que possamos verificar se indivíduos que ocupam cargos no estado podem ser incluídos como “membros” de um movimento. A coleta sistemática de dados sobre os tipos de laços entre atores estatais e não estatais de diferentes movimentos sociais, e como esses laços se transformam ao longo do tempo, é um esforço de pesquisa que ainda está por ser realizado (ABERS E BULOW, 2011, p.78). Em seus estudos as autoras detectaram pelo menos dois padrões adicionais de intersecção entre movimentos sociais e o estado: a incorporação de ativistas de movimentos sociais em cargos governamentais e a formação de novos movimentos sociais a partir da interlocução entre ativistas dentro e fora do estado.

As autoras exemplificam os padrões de interação com uma análise sobre o feminismo latino-americano da década de 1990, realizada por Sonia Alvarez, onde demonstrou que se tornou prática comum nos governos a criação de agências dedicadas às questões da mulher e que feministas proeminentes do movimento ocuparam posições nas burocracias estatais. Tal

processo não necessariamente é sinônimo de cooptação ou perda de autonomia, estar no estado não necessariamente diminui o status de militantes dessas ativistas.

Neste caminho analítico Abers, Serafim e Tatagiba (2014) analisaram a variedade de formas de participação de movimentos sociais na relação com o estado e adaptaram uma categoria de análise que compreende o repertório<sup>10</sup> de interação, para demonstrar um conjunto de rotinas que se estabelece com o estado. Tais repertórios de interação “envolvem muito mais do que experiências formais de participação institucionalizada: incluem também outras práticas de diálogo e conflito entre estado e movimentos sociais que são utilizadas em combinação com a participação em arenas formalmente instituídas” (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p.329).

Com base no conceito de repertório de ação coletiva, as autoras, ao analisarem repertórios de interação estado-sociedade, propuseram uma adaptação ao conceito de Tilly. De acordo com as autoras, embora a noção de repertório de ação coletiva seja muito útil por nos permitir compreender a ação dos movimentos sociais, ela apresenta limites para a compreensão de uma realidade como a brasileira. Afirmam as autoras:

Os movimentos sociais brasileiros não apenas negociam frequentemente com o estado [...] mas também investiram pesadamente em ações *por dentro* das instituições do estado, tanto através de novas arenas participativas assumindo estrategicamente posições na burocracia, transformando o próprio estado em espaço de militância política (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p.331).

Ao estudar a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o papel das interações socioestatais para a produção de políticas públicas, Gutierres (2015) salientou que os estudos sobre os trânsitos entre estado e sociedade civil e a ocupação de cargos no Governo podem ganhar destaque, permitindo explicitar as estratégias de movimentos sociais que passam a constituir esta forma de relação com o estado como uma maneira de influenciar políticas por dentro do aparato governamental.

---

<sup>10</sup> O conceito de repertório foi criado por Charles Tilly (1992) que o definiu como “um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e executadas através de um processo relativamente deliberado de escolha”. Para Alonso: “Tilly queria assinalar as formas especificamente políticas de agir. Emprestou, então, da música a noção de repertório para designar o pequeno leque de maneiras de fazer política num dado período histórico” (ALONSO, 2012, p.22).

Ela aprofundou seu estudo nas dinâmicas que caracterizam as interações entre sociedade civil, estado e partido político atualmente no Brasil, e demonstrou as formas de relação que movimentos sociais passaram a estabelecer com o estado em um contexto de maior abertura às suas demandas e propostas.

Sobre outro movimento social, Silva e Oliveira (2011) ao analisarem trajetórias de ativistas do movimento de economia solidária, afirmam que foi possível identificar um processo organizativo que não apenas não se deu externamente ao estado, mas que, em grande medida, foi fomentado por agentes e políticas governamentais. Ao contrário de abordar e criticar tal processo como exemplo de cooptação, instrumentalização ou colonização do movimento de economia solidária pelo estado, eles mostraram que o movimento é fruto de um complexo padrão de relações entre sociedade civil e estado, mediadas por partidos políticos.

Analicamente os autores utilizaram o esquema de Banaszak (2005) para interpretar as mudanças nos padrões de inclusão/exclusão político-institucional dos movimentos sociais no Brasil, dos anos 1970 até os dias atuais, e identificaram um processo que, mesmo não sendo linear, se caracteriza por um nível crescente de inclusão institucional das organizações de movimentos sociais.

Para Silva e Oliveira (2011) devido à interpenetração partido-movimento, essa incorporação institucional tende a se caracterizar não apenas pela abertura ou pela maior permeabilidade das instituições às demandas e propostas de organizações de movimentos sociais, mas também pela recorrência de um mecanismo central na conformação daquela permeabilidade no Brasil: o trânsito institucional<sup>11</sup>.

Os autores observaram uma grande intersecção entre movimentos e estado, na qual denominam como condição para a própria constituição do movimento de economia solidária tal como ele se apresenta. De outro lado, através do trânsito institucional mediado pelo

---

<sup>11</sup> Para os autores trânsito institucional se caracteriza pelo deslocamento contínuo de militantes sociais-partidários por diferentes espaços de atuação (organizações sociais, partidos, fóruns institucionais e posições governamentais), o qual é, em grande medida, possibilitado pela interpenetração partido-movimento. Assim, vitórias e derrotas eleitorais tendem a produzir um trânsito significativo de militantes da sociedade civil para o governo e vice-versa, gerando mudanças rápidas e intensas nas oportunidades de acesso institucional (tanto em termos de grau quanto em termos de forma (Silva e Oliveira, 2011, p.98).

pertencimento partidário, conforma-se um processo constante de deslocamento entre posições nas organizações do *Movimento de Economia Solidária* e posições na gestão pública que produzem uma relativa diluição das fronteiras institucionais (Silva e Oliveira, 2011, p.118).

Para complementar este levantamento das categorias analíticas que estão sendo mobiliadas pelos teóricos dos movimentos sociais as autoras Carlos, Dowbor e Albuquerque (2017), propõem a utilização da abordagem *de polis* desenvolvida pela neoinstitucionalista histórica, Theda Skocpol, que segundo elas esta abordagem oferece contribuições a análise quando “enfoca o estado como instituição e ator que incide nos processos políticos, ao lado de outros atores econômicos e sociais, e não como mero cenário da ação de grupos” (CARLOS, DOWBOR E ALBUQUERQUE, 2017, p.371).

Para elas esta perspectiva chama a atenção para (i) a heterogeneidade do estado, (ii) a importância do legado institucional, (iii) o papel das burocracias e dos políticos eleitos, ambos dotados da possibilidade de ação autônoma e, (iv) a relevância do sistema de partidos políticos e das regras eleitorais, como fatores que afetam os processos políticos, a consciência e orientações políticas dos vários grupos sociais (Skocpol, 1992 apud CARLOS, DOWBOR E ALBUQUERQUE, 2017, p.371). As autoras apontam que esses quatro aspectos contribuem na reconstrução analítica do estado para além da oportunidade política, sendo úteis à compreensão dos efeitos de movimentos.

Vimos, sob este véu, que para as autoras a abordagem de polis auxilia ao distinguir dois traços do estado: a autonomia relativa da ação de políticos e gestores públicos que possuem interesses próprios e uma margem de independência dos interesses dos atores sociais. “(...) a abordagem de *polis* oferece vantagens analíticas para investigar os efeitos decorrentes da ação coletiva nas políticas públicas, no contexto de interações com o estado, na medida em que parte do reconhecimento da constituição mútua entre os atores societários e os institucionais (Skocpol, 1992; Gurza Lavalle, Houtzager e Castello, 2011 apud CARLOS, DOWBOR E ALBUQUERQUE, 2017, p.363).

Nesta esteira, o argumento central é que a especificação das categorias de estado e de formas de acesso à esfera estatal (encaixes institucionais) da abordagem de *polis* oferecem valiosas

contribuições a este campo de estudos, sendo possível avançar na compreensão das formas de interação entre estes dois grupos de atores (estado e movimentos sociais). Os “encaixes institucionais<sup>12</sup>”, são entendidos como processos de acesso de alguns atores ao estado e de influência em políticas públicas (CARLOS, DOWBOR E ALBUQUERQUE, 2017, p.363), e podem ser um importante elemento explicativo para entender a influência de um grupo social ou movimento nos processos de políticas públicas. Um ator social sem encaixes institucionais, isto é, apartado dos pontos de acesso e influência ao estado, terá menor probabilidade de fazer prevalecer seus objetivos.

Essa perspectiva é particularmente relevante à análise de movimentos que interagem com instituições do estado, como o movimento feminista, na medida em que concebe sociedade e estado como produtos de um processo dinâmico e contingente de mútua determinação. E vem de encontro com a crítica<sup>13</sup> apresentada as teorias do PP e dos NMS, cuja análise da sociedade e do estado a partir de categorias estanques, autônomas e dicotômicas é, limitada à explicação das interações entre atores societários e institucionais (CARLOS, 2015b). A seguir complementamos esta revisão com os estudos sobre o movimento feminista e as interações socioestatais.

### **Os estudos empíricos sobre o movimento feminista e o estado**

Estudos realizados acerca do processo de interação entre o movimento feminista e instituições demonstram que muitos movimentos interagem, constituem relações e formam

---

<sup>12</sup> As autoras propõem uma ampliação analítica do repertório de ação, também proposto por Abers, Serafim e Tatagiba (2014), e orientam que da mesma maneira como distinguimos a oportunidade política do funcionamento das instituições do estado que são alvo de um movimento social, marcadas pelo legado institucional, pela autonomia relativa dos seus agentes e pelo jogo partidário e eleitoral, a categoria de encaixe precisa ser descrita de modo a delinear suas fronteiras de vizinhança com o conceito de repertório de ação de movimentos sociais. Ainda que a categoria de encaixes possa descrever algumas instâncias empíricas a que repertório de ação comumente se aplica, como ocupação de cargos em governos e atuação em instituições participativas, a primeira acrescenta uma capacidade explicativa para aqueles que buscam entender os efeitos de movimentos sociais nas políticas públicas (CARLOS, DOWBOR E ALBUQUERQUE, 2017, p.373).

<sup>13</sup> Predomina, nessas teorias, a aceção de movimento social como protesto público e participação *outsider* ou não institucionalizada, cuja chave analítica restringe igualmente a compreensão do movimento em sua interação com a institucionalidade política, na medida em que impõe duas implicações: (i) dificulta o reconhecimento das interações mutuamente constitutivas entre o movimento e o sistema político (agências do governo, partidos políticos e o estado) e da combinação circunstancial entre modalidades de ação *outsider* e *insider* ou institucionalizada e (ii) interpreta o engajamento em instituições políticas como decorrente de um processo de institucionalização do movimento que afeta, exclusiva e homoganeamente, a dimensão organizacional da ação coletiva (Carlos, 2015b, pg.25).

alianças com partidos políticos, igrejas, poder judiciário e agências do estado, refutando a tese que distingue o movimento como estratégia extrainstitucional (MISCHE, 2008).

Chamando a atenção para as intersecções entre estado e movimentos sociais Banaszak (2005), questiona o papel que as políticas públicas desempenham para influenciar tais intersecções. A autora argumenta que “políticas públicas frequentemente resultam na criação, combinação ou eliminação de organizações específicas, abrindo ou fechando oportunidades de entrada no estado” (BANASZAK, 2005, p. 161, tradução nossa).

Se quisermos compreender as interações entre movimentos e estados, precisamos de uma perspectiva teórica que incorpore uma compreensão de ambos os movimentos e estados como entidades diversas que podem ter múltiplos pontos de intersecção. Tal perspectiva deve reconhecer a intersecção de estados e movimentos e analisar o efeito de intersecções de movimentos e estado sobre o desenvolvimento e as táticas do movimento, bem como sobre estado-movimento e seus resultados (BANASZAK, 2005. p 154, tradução nossa).

A autora destaca que a literatura feminista e política tem ido muito mais longe no reconhecimento e exploração da intersecção entre os movimentos das mulheres e o estado, embora ela acentue que grande parte desta literatura tenha recebido pouca atenção dentro da literatura maior de movimento social.

Para Banaszak (2010) cada vez mais os estudiosos reconhecem que o ativismo pode ocorrer dentro e fora do governo (McAdam, Tarrow e Tilly 2001), ela argumenta que a mobilização e o sucesso do movimento feminino americano não podem ser totalmente compreendidos sem reconhecer a presença de redes de ativistas feministas dentro do governo federal. A autora, utilizando entrevistas em profundidade e fontes históricas, documentou contribuições significativas que essas ativistas tiveram para a criação de organizações feministas e os papéis vitais que desempenharam no desenvolvimento e implementação de políticas em muitas áreas, incluindo educação, política externa e saúde das mulheres.

Banaszak (2010) também aponta que trabalhar dentro do governo nem sempre cooptou ou desradicalizou essas ativistas. A autora conclui que a pesquisa a levou a repensar a compreensão atual de muitos conceitos e processos de movimento social, incluindo oportunidades políticas, institucionalização do movimento e táticas de confronto, e altera nossa concepção dos interesses e do caráter do estado.

Uma categoria introduzida aos trabalhos sobre o feminismo de estado são as "femocrats"<sup>14</sup> (Eisenstein 1996, Mazur 1995a, 2001, 2002, Outshoorn 1994, 1997, Pringle E Watson 1992; Sawyer 1995; Stetson e Mazur 1995; Vargas e Wieringa 1998 apud BANASZAK, 2005. p 153). Esses autores reconhecem que o estado não é um ator uniforme e que partes do estado podem realmente abrigar feministas que podem influenciar as táticas do movimento e resultados de políticas relacionadas (BANASZAK, 2005, p.153).

Segundo Pinheiro (2015) os estudos sobre o feminismo estatal<sup>15</sup> e as femocratas iniciaram a partir da década de 80 e tiveram como marco a ideia de que ocupar o Estado seria uma estratégia fundamental para os objetivos feministas de transformação do Estado (PINHEIRO, 2015). “A experiência de inserção das feministas no Estado se refletiu nas teorias acerca do mesmo a partir da criação do conceito de “feminismo de estado” ou “feminismo estatal” (*state feminism*)” (PINHEIRO, 2015, p.49).

Outro estudo nesta linha foi empreendido por Szwako (2012) sobre o feminismo e construção democrática no Paraguai pós-ditatorial objetivando compreender quais foram os efeitos, em diferentes níveis, produzidos pela interação entre as organizações do movimento feminista e a institucionalidade política paraguaia, seu objeto de análise foram as formas e espaços de interação formados pelo contato e pela aproximação entre organizações civis feministas e partes do estado paraguaio e quais os resultados dessas formas de interação. Ele confirmou sua hipótese inicial demonstrando que a “interação contínua entre organizações

---

<sup>14</sup> “Dentro deste campo, o termo "femocrat" tem vários significados, que vão desde todas as mulheres que ocupam posições em mecanismos de políticas para mulheres [...], feministas dentro de qualquer parte da burocracia para Feministas dentro de mecanismos de políticas para mulheres. Apesar de sua profundidade, a literatura sobre femocrats ainda deixa vários furos em termos de nossa compreensão da intersecção estado-movimento. Primeiro, concentrando-se unicamente na intersecção dos movimentos de mulheres e do estado, a literatura perde a oportunidade de examinar a forma como outros movimentos sociais fazem intersecção com o estado e como as variações nas intersecções de movimento de estado desempenham um papel diferencial no desenvolvimento do movimento. Em particular, muitos dos autores dentro da literatura femocrat argumentam que a natureza patriarcal do estado e da sociedade determinam em grande parte os efeitos das femocratas. Eu desejo separar os efeitos do patriarcado daqueles que resultam do efeito do estado como uma instituição única e poderosa por direito próprio” (BANASZAK, 2005, p.153, tradução nossa).

<sup>15</sup> A principal definição de feminismo estatal surge no âmbito dos debates acerca das ações implementadas pelo Estado de Bem-Estar social nos países nórdicos, especialmente aquelas em prol da efetivação dos direitos políticos e sociais das mulheres (HERNES, 1987). Desde então, o termo tem sido utilizado para se discutir a incorporação pelo Estado de certas demandas do movimento feminista com relação a algumas áreas das políticas públicas e também em relação à necessidade de criação de estruturas governamentais específicas para gerir políticas para mulheres e melhorar as condições de vida das mulheres (STETSON & MAZUR, 1995; OUTSHOORN & KANTOLA, 2007; MCBRIDE & MAZUR, 2010 apud PINHEIRO, 2015, p.49).

feministas e institucionalidade política teve como efeito uma dupla transformação na capacidade burocrático-administrativa paraguaia e, ao mesmo tempo, na capacidade das atrizes do movimento feminista daquele país” (SZWAKO, 2012, p. 56).

Outro exemplo de trabalho empírico pode-se ver em Pinheiro (2015) que pesquisou sobre as práticas e padrões de atuação dos movimentos feministas brasileiros, ao longo dos últimos anos, e como tem buscado em suas relações com o estado, garantir que suas reivindicações sejam debatidas e incorporadas. Com esta análise a autora pretendeu entender as múltiplas formas de ação e de lugares ocupados por ativistas presentes no campo feminista e de gênero.

Nessa tese, propomos uma compreensão acerca do papel do estado que se alicerça numa concepção dinâmica e relacional de processo político (TILLY, 1985; MISCHÉ, 2008). Onde esse papel é disputado pelas ativistas tanto fora como dentro do próprio estado através das mais variadas formas de interação entre aquelas com esse. Este estado, sobremaneira, é identificado com atributos patriarcais, seja em estruturas criadas e consolidadas historicamente como tal, seja nos projetos que contenciosamente buscam fazer prevalecer suas próprias perspectivas e pontos de vista acercada daquele papel (PINHEIRO, 2015, p.47).

No seu trabalho, Pinheiro (2015) estabeleceu um percurso no qual foram definidas algumas formas estratégicas de interação entre os movimentos feministas e as instituições estatais que se caracterizam pela presença de vínculos formais entre as militantes e as organizações feministas com o estado. Foram identificados três tipos principais de relações possíveis entre feminismos e estado, as quais ela designou por (i) relações de parceria entre ONGs e o estado, (ii) relações de representação, através da ocupação de postos de representação em instituições participativas e (iii) relações híbridas, estabelecidas pelas mulheres que ocupam postos na burocracia estatal (PINHEIRO, 2015, p.66).

Em suas conclusões a pesquisadora demonstrou existir uma relação *híbrida do movimento* com o Estado que surge de um contexto no qual as militantes apresentam *múltiplas filiações* (nos movimentos, nos partidos, universidades, entre outras), que por diversas vias a levam ao Estado, ou seja, um militante pode ser ao mesmo tempo militante de um movimento ou pertencente a um campo de lutas, como no caso estudado aqui, o feminismo, mas é ao mesmo tempo militante do partido e/ou funcionário do estado. “Ao utilizarmos a expressão “híbrida”, buscamos enfatizar que ao qualificarmos essa relação nos remetemos aqui ao ponto de vista dos militantes no contexto das lutas”. (PINHEIRO, 2015 p.70)

Pinheiro e Ogando, em estudo sobre os impactos dos planos nacionais de políticas para as mulheres nas políticas públicas no Brasil utilizam AVRITZER (2002) para demonstrar que os processos iniciados durante a redemocratização no Brasil, novos atores/atrizes buscaram traçar distintas trajetórias para ampliar os acessos às esferas públicas. As transformações que levam ao fim da ditadura militar no Brasil e consolidam lideranças, movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil, como os movimentos feministas, trazem consigo também grandes mudanças nas instituições públicas que gradativamente, modificam os padrões de interação entre sociedade civil e estado.

Para Bezerra (2014), olhando o movimento feminista neste mesmo período, as diferentes conformações sociais e intersecções com outros movimentos tiveram reflexo direto na constituição do repertório do movimento feminista que, por vezes, se comportava de forma heterogênea, com diferentes estratégias que se mesclaram ao longo do tempo: grandes mobilizações, associações locais, educação popular, pressão parlamentar, participação em governos e estabelecimento de políticas públicas experimentais.

Também, já naquele momento, de forma semelhante ao vivenciado pelo movimento sanitarista (DOWBOR, 2009), o movimento feminista combina a mobilização e o confronto político com a disputa por espaços institucionais, tendo como bandeira geral de vários movimentos a luta em torno das Diretas Já e da participação política que, para além de uma defesa de eleições livres, estava articulada a uma crítica ao conjunto das instituições políticas e à organização do estado.

Cuida-se de uma trama complexa, um campo que envolve o imbricamento e a sobreposição de atores que transitam entre associações, movimentos sociais, partidos políticos e estruturas do estado. (...) assim, o processo de criação dos Conselhos de Direitos da Mulher como estrutura híbrida que reúne estado e representantes de organizações e movimentos da sociedade civil ocorre antes mesmo da primeira eleição presidencial direta (BEZERRA, 2014, p.)

O repertório do movimento feminista incorpora desde grandes mobilizações de rua, passeatas, performances, passando por estratégias de *lobby* e *advocacy* até a participação em espaços de interação com o estado, como Conselhos e Conferências. Todos se constituem simultaneamente como repertórios do movimento feminista e são utilizadas conforme o contexto e as possibilidades políticas, embora possa haver uma organização que privilegie mais um repertório que outro.

### **Considerações Finais**

Na última década, as pesquisas sobre movimentos sociais, comportamentos coletivos e o estado, lentamente se afastaram de um modelo de mobilização de recursos e processos políticos, com ênfase na identificação e medição da combinação de variáveis que levam ao surgimento e ao sucesso do movimento, em direção a uma abordagem multiinstitucional, trabalhando com o pressuposto de que os movimentos sociais combinam uma pluralidade de formas de relação com o estado em modelos híbridos e criativos que promovem a articulação circunstancial entre ação institucionalizada e não institucionalizada.

Vimos, como sustentou Pinheiro (2014) que as feministas buscam o fim da opressão feminina através da luta contra a hegemonia da cultura patriarcal e em seu ativismo são levadas a um eminente paradoxo baseado em duas premissas: (i) ao perceberem que o estado tem um papel fundamental para a regulação social e estratégico de intervenção na sociedade, buscam se relacionar com ele e o influenciar através dessas relações, utilizando-o como instrumento central em suas lutas; mas ao mesmo tempo (ii) parte de suas lutas se dedicam a denunciar e se opor ao estado na medida em que ele reproduz diversos aspectos desta mesma cultura patriarcal e exclui sistematicamente as mulheres e as perspectivas feministas nas tomadas de decisão em seu interior.

No Espírito Santo o cenário que se apresenta é de intensa mobilização por parte do movimento feminista principalmente frente a realidade do Estado em ocupar os primeiros lugares no ranking de feminicídios e índices alarmantes de registros de violência contra a mulher. Apesar da trágica realidade se torna um ambiente frutífero para que este projeto de pesquisa possa se desenvolver e contribuir com os analistas brasileiros que se debruçam em entender o processo de aprofundamento das instituições democráticas a partir da crescente interação socioestatal entre movimento social e estado.

Dessa forma, no contexto contemporâneo, novas compreensões sobre as relações socioestatais que tenham como foco a interação entre sociedade e estado e que não diminuam a relevância de nenhuma das duas esferas tornam-se necessárias a partir de abordagens que entendam sociedade e estado como entidades complexas, heterogêneas e permeadas por relações de poder.

## REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebecca N.; VON BÜLOW, Marisa. **Movimentos Sociais na Teoria e na Prática: Como Estudar o Ativismo Através Da Fronteira Entre Estado e Sociedade?** *Sociologias* 13 (28) (Dez.), p. 52–84, 2011.
- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. **Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência da era Lula.** *Dados*, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.
- ALONSO, Angela. 2012. **Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito.** *Sociologia & Antropologia*, v.02, n.03, p. 21-41, 2012.
- ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate.** *Lua Nova*, São Paulo, 76, p. 49-86, 2009.
- ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, n°43, 2014.
- BANASZAK, Lee Ann. **Inside and outside the state: movement insider status, tactics and public policy achievements.** In: MEYER, David S.; JENNESS, Valerie; INGRAM, Helen (eds.). *Routing the opposition: social movements, public policy, and democracy.* Minneapolis: University of Minnesota Press, 2005. p.149-176.
- BANASZAK, Lee Ann. *The Women's Movement Inside and Outside the State.* Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- BEZERRA, Carla de Paiva. **Movimento Feminista Brasileiro: Repertórios e estratégia de ação.** *Revista Feminismos*, Vol.2, N.1, 2014.
- CAYRES, *Domitila Costa*. **Ativismo institucional e interações Estado-movimentos sociais.** *BIB*, São Paulo, n. 82, 2º semestre de 2016 (publicada em setembro de 2017), pp. 81-104.
- CARLOS, Euzeneia. **Cooperação e Conflito na Relação Movimentos Sociais e Estado.** <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2017v16n35p321>
- CARLOS, Euzeneia. **Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos do engajamento institucional no contexto pós-transição.** Belo Horizonte, MG, Fino Traço, 2015a.
- CARLOS, Euzeneia. **Movimentos Sociais e Sistema Político nas Teorias dos Movimentos Sociais.** *Interseções* [Rio de Janeiro] v. 17 n. 1, p. 15-53, jun. 2015b.
- CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo Alves. **Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas - Balanço do debate e proposições analíticas** *Civitas*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 360-378, maio-ago. 2017
- DIANI, Mario. **The Concept of Social Movement.** *The Sociological Review* 40, p. 1-25, 1992.
- DIANI, Mario; BISON, Ivano. **Organizações, coalizões e movimentos.** *Revista Brasileira de Ciência Política*, núm. 3, p. 220-249, 2010 [2004].
- GUTIERRES, Kellen Alves. **Projetos políticos, trajetórias e estratégias: a política de assistência social entre o partido e o Estado.** Campinas, SP : [s.n.],2015.

- LAVALLE, A. G.; SZWAKO, J. **Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate.** *Opinião Pública*, Campinas, v. 21, n. 1, p. 157-187, abr. 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/2wj7bcf>>. Acesso em: 21 maio 2015.
- MACEDO, Sarah H. SOUZA, Tuanne Almeida. COSTA, Wanderson Araújo. **Reconstruindo uma trajetória de lutas: a história do Fórum de Mulheres do Espírito Santo.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.
- MACIEL, Débora Alves. **Ação coletiva, mobilização do direito e instituições políticas O caso da Campanha da Lei Maria da Penha.** REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 26 Nº 77 – 2011.
- McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Para mapear o confronto político.** *Lua Nova*, São Paulo, 76, p. 11-48, 2009.
- McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Dynamics of Contention.** Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- MICHE, A. Partisan Publics. **Communication and contention across brazilian youth activist networks.** Princeton University, 2008.
- MIRANDA, Cynthia Mara. **Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil,** 2012. Disponível em: [http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/os%20movimentos%20feministas\\_cynthia.pdf](http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/os%20movimentos%20feministas_cynthia.pdf). Acesso em 28.08.2015
- NOGUEIRA, Thays de Souza. **A trajetória da discussão sobre a legalização do aborto no governo executivo brasileiro entre os anos de 2004 e 2010: reflexos da relação movimento feminista e Estado durante o governo Lula.** 37º Encontro Anual da ANPOC/SSPG04 Estado em movimento: interações socioestatais, incorporação de demandas e seus impactos institucionais no Brasil contemporâneo, 2013.
- PINHEIRO, Marina Brito. **Sobre A Relação Entre Os Movimentos Feministas E O Estado No Brasil (2003-2014).** Tese de Doutorado – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Belo Horizonte, 2015.
- PINHEIRO, Marina Brito; OGANDO, Ana Carolina. **Os impactos dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres nas políticas públicas no Brasil.** Publicado em <http://www.enap.gov.br/web/pt-br/sobre-curso>;
- SZWAKO, J. E. L. **“Del otro lado de la vereda”:** luta feminista e construção democrática no Paraguai pós-ditatorial. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), 2012.
- SILVA, M. K.; OLIVEIRA, G. L. **A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento: uma análise do movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul.** *Sociologias*, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 86-124, dez. 2011.
- TARROW, Sidney. **O Poder em Movimento: Movimentos Sociais e confronto Político.** Petrópolis: Editora Vozes. Introdução, p. 17-26, 2009.
- TILLY, Charles. **Movimentos sociais como política.** *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, Nº 3, p. 133-160, 2010.